

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
UNIPAMPA - CAMPUS SÃO BORJA
CURSO DE DIREITO

MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

O diálogo pode ser o caminho para a paz:
O que é mais importante para você?
Ter razão ou resolver o problema?



DIREITO
UNIPAMPA
CAMPUS SÃO BORJA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SÃO BORJA

Atividade de extensão vinculada ao
componente curricular de Direito
Processual Civil I, do curso de bacharelado
em Direito da Universidade Federal do
Pampa, campus São Borja.

Autoras:

Kauanny Frois
Larissa Monero
Luiza Soares
Sara Cordier
Sofia Sorgetzt



O QUE É O CEJUSC?

O CEJUSC, que significa Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania, é um espaço criado pelo Poder Judiciário para ajudar as pessoas a resolverem conflitos de forma rápida, gratuita e sem precisar entrar em uma longa disputa na Justiça.

Ele funciona por meio da mediação e conciliação, ou seja, promove conversas entre as partes envolvidas para que elas cheguem, juntas, a um acordo amigável.

O mais interessante é que qualquer pessoa pode procurar o CEJUSC, mesmo sem ter um processo judicial em andamento.

E se já houver um processo, também é possível buscar o centro para tentar resolver a questão com mais agilidade.



Fonte: TJSP



O QUE O CEJUSC PODE FAZER POR MIM?

Muitos tipos de problemas podem ser resolvidos por lá, sendo exemplos:

- ✓ Divórcio
- ✓ Pensão Alimentícia
- ✓ Dívidas
- ✓ Desentendimentos entre vizinhos

Tudo isso, com menos burocracia, sem custo e, em alguns casos, sem ser necessário ter um advogado.

Além disso, os acordos feitos no CEJUSC têm validade legal, o que garante segurança para todos os envolvidos.

Fonte: TJSP



MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

A EVOLUÇÃO DO DIÁLOGO NA JUSTIÇA



2010 - CNJ cria a resolução nº 125

O Conselho Nacional de Justiça lança a Política Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos, incentivando o uso dos diálogo para resolver desentendimentos.

2015 - Novo Código de Processo Civil
(Lei nº 13.105/2015)

O CPC trouxe a mediação e a conciliação para o centro do processo judicial.



2016 - Entra em vigor o Novo CPC

A partir daí, esses métodos ganharam força de lei. Os tribunais passaram a criar os CEJUSCs (Centro Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania) e os juízes foram orientados a incentivar acordos sempre que possível.



O Resultado?

O diálogo e a cooperação viraram caminhos oficiais para resolver conflitos de forma mais rápida e pacífica.



MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

COMO FUNCIONAM?

A mediação e a conciliação são jeitos de resolver brigas ou desentendimentos sem precisar ir até o fim de um processo na Justiça

| ASPECTO | MEDIAÇÃO | CONCILIAÇÃO |
|------------------|---|---|
| QUEM CONDUZ | Mediador (pessoa neutra) | Conciliador (atua de forma mais direta) |
| FUNÇÃO PRINCIPAL | Facilitar o diálogo entre as partes | Sugerir soluções e propor acordos |
| ATUAÇÃO | Conduz a conversa, sem impor decisões | Pode dar sugestões e propor acordos |
| OBJETIVO | Que as partes encontrem juntas uma solução | Resolver o problema de forma rápida e eficiente, sempre a partir do consenso dos envolvidos |
| TIPO DE CONFLITO | Relações contínuas (família, vizinhança, amizade) | Conflitos pontuais (dívidas, acidentes, compras) |
| RESULTADO | Melhora da comunicação e prevenção de novos conflitos | Solução prática e imediata do problema |

Fontes: CNJ e TJPR



PRINCÍPIOS

Primeiramente, vamos entender o que são os chamados princípios?

Os princípios são ideias fundamentais que servem como um guia para que a mediação e a conciliação aconteçam com respeito, ética e equilíbrio entre as partes.

QUAIS SÃO?

Conforme explica Souza (2020):

INDEPENDÊNCIA

as partes devem atuar com liberdade sem sofrer qualquer pressão, não sendo obrigado a permanecer com o procedimento;

IMPARCIALIDADE

dever de agir com ausência de favoritismo, preferência ou preconceito, assegurando que valores e conceitos pessoais não interfiram no resultado do trabalho, compreendendo a realidade dos envolvidos no conflito e jamais aceitando qualquer espécie de favor ou presente;

AUTONOMIA DA VONTADE

a livre autonomia dos interessados, inclusive no que diz respeito à definição das regras procedimentais;



PRINCÍPIOS

QUAIS SÃO?

CONFIDENCIALIDADE

estende-se a todas as informações produzidas no curso do procedimento, cujo teor não poderá ser utilizado para fim diverso daquele previsto por expressa deliberação das partes. O conciliador e o mediador, assim como os membros de suas equipes, não poderão divulgar ou depor acerca de fatos ou elementos oriundos da conciliação ou da mediação;

ORALIDADE

Será feita de forma oral entres as partes e os mediadores e conciliadores, prevalecendo sobre a escrita;

INFORMALIDADE

Admite-se a aplicação de técnicas negociais, com o objetivo de proporcionar ambiente favorável à autocomposição;

DECISÃO INFORMADA

dever de manter o jurisdicionado plenamente informado quanto aos seus direitos e ao contexto fático no qual está inserido;

Fonte: Brasil, 2015; e Souza, 2020.



DÚVIDAS FREQUENTES



ONDE POSSO ENCONTRAR O SERVIÇO DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO?

Primeiro, procure o núcleo, centro ou setor de conciliação e mediação, na unidade do judiciário da sua cidade.

Em São Borja a Mediação e conciliação é oferecida no Fórum, localizado na Rua Cel. Aparício Mariense, N° 1773, com atendimento de segunda-feira a sexta-feira, das 12h às 19h, e no Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) situado na Rua Monsenhor Patrício Pettit Jean, no prédio II da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Depois explique a situação do seu processo, afirmando que quer procurar uma solução adequada. Isso vale se você tem uma ação tramitando na Justiça Federal, Justiça Estadual ou na Justiça do Trabalho.

E SE A OUTRA PARTE NÃO ACEITAR? COMO FICA?

Nesse caso não tem acordo. O juiz não pode obrigar ninguém a compor, pois o procedimento depende da vontade das partes.

DÚVIDAS FREQUENTES



QUAIS SÃO OS BENEFÍCIOS DA AUTOCOMPOSIÇÃO?

As partes não precisam gastar tempo com documentos, nem sofrer o desgaste emocional de manter um conflito por tempo indeterminado. E, por se tratar de um ato espontâneo, voluntário e de comum acordo entre as partes, valoriza a cultura da paz.

O RESULTADO DA CONCILIAÇÃO TEM VALIDADE JURÍDICA?

Sim! Todos os acordos obtidos por meio da conciliação ou da mediação têm força de decisão judicial, pois serão homologados por um juiz ao final.

CONCLUSÃO

O Novo Código de Processo Civil valoriza a mediação e a conciliação como métodos prioritários para a resolução de conflitos, tanto na esfera judicial quanto extrajudicial.

Estes instrumentos promovem o diálogo, a autocomposição e a participação ativa das partes, tornando os processos mais rápidos, menos burocráticos e acessíveis.

Além de resolver o litígio, a mediação e a conciliação contribuem para a pacificação social, restaurando relações e fortalecendo a cultura de cooperação.

Por fim, devem ser compreendidos como políticas públicas essenciais, garantindo o acesso à justiça e a razoável duração dos processos, alinhando o Direito às necessidades da sociedade.

Fonte: CNJ



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMERICAN CHAMBER OF COMMERCE IN BRAZIL. Mediação e conciliação: conceitos e diferenças. Amcham Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.amcham.com.br/blog/mediacao-e-conciliacao-conceitos-e-diferencas>. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Art. 166.

BRASIL. Lei n. 13.140, de 26 de junho de 2015. Dispõe sobre a mediação, como meio de solução de controvérsias. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Programa e Ações – Conciliação e Mediação. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/conciliacao-e-mediacao/>. Acesso em: 23 out. 2025.

SOUZA, Victor. Quais são os princípios norteadores da conciliação e mediação?. Jusbrasil. 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/quais-sao-os-principios-norteadores-da-conciliacao-e-mediacao/928263172>. Acesso em: 23 out. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ. Conciliação e Mediação. Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/conciliacao-mediacao>. Acesso em: 23 out. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Justiça Restaurativa: Conciliação. Disponível em: https://www.tjsp.jus.br/Conciliacao?utm_source=. Acesso em: 23 out. 2025.



PESQUISA DE SATISFAÇÃO E ENTENDIMENTO



Sua opinião é importante!
Aponte a câmera para o QR Code e avalie
nosso trabalho.